

12. GOVERNOS DE GETÚLIO VARGAS: POPULISMO E DITADURA

Solange Montanher Rosolen

Doutora em Educação, UEM.

Maringá – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8457-0515>

<http://lattes.cnpq.br/7339321491065575>

smrosolen@uem.br

Gabriel de Oliveira Fraga Silveira

Graduando, bolsista PIBIC FA Fundação Araucária, UEM.

Maringá – Paraná - Brasil

<https://orcid.org/0009-0004-0216-9851>

<https://lattes.cnpq.br/0742803474194997>

ra133930@uem.br

RESUMO: A presente pesquisa tem como objeto de análise os governos de Getúlio Vargas, sendo eles o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). A pesquisa apresenta como objetivo estudar os governos de Getúlio, suas estratégias de aproximação com a população, as medidas repressivas e autoritárias utilizadas, e classificar o regime político. Será essencial questionar como Vargas teve apoio da população mesmo com um governo tão repressivo como o Estado Novo, e que medidas populistas permitiram a proximidade com a população. Possíveis perseguições a minorias feitas durante seus governos auxiliarão a classificar o seu regime político. A metodologia utilizada para esta pesquisa será o método hipotético-dedutivo, com o auxílio do método histórico, pois se partirá dos conceitos gerais de democracia e ditadura, para então relacioná-los ao caso específico dos governos de Getúlio Vargas, de acordo com as fontes históricas de pesquisa existentes. A pesquisa terá caráter teórico-empírico, e partirá da teoria para analisar o caso concreto. Como resultados, foi possível determinar os conceitos de democracia e ditadura modernas com a obra “Estado, Governo e Sociedade” de Norberto Bobbio (1986), além de descrever um panorama histórico destes governos varguistas com as Notas Biográficas do ex-presidente escritas por Maria Celina D’Araújo (2017) no livro “Getúlio Vargas, Ensaio Biográfico, e Organização”. A obra “O Racismo na História do Brasil”, de Maria Luiza Tucci Carneiro (1998) foi responsável por fornecer as informações referentes ao tratamento hostil que minorias sociais, como negros, asiáticos e judeus, sofriam por parte da sociedade, e do governo da época. Este trabalho é relevante e útil no presente, visto que líderes autoritários populistas com apoio das massas, independente de adotarem ideais não democráticos e repressivos, surgem periodicamente no mundo, inclusive na América Latina, demonstrando que devemos estudar o passado para entender o presente, e assim evitar escaladas autoritárias contrárias à democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Minorias. Ciência Política.

INTRODUÇÃO:

Getúlio Vargas foi uma figura política do Século XX extremamente importante para a história do Brasil. Além de ter sido deputado federal e senador, foi o Presidente da República que por mais tempo exerceu este cargo, de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954 (D’Araujo, 2017, p. 9). O político foi uma figura controversa na história, tendo construído uma imagem durante seus governos que

permitiu ser chamado simultaneamente de pai dos pobres e de ditador. Desde novos e inéditos direitos concedidos, até perseguições políticas e étnicas, seus primeiros governos como Presidente da República foram dotados de controvérsias que dividiram a opinião do povo sobre sua imagem.

Neste contexto, uma análise factual acerca das medidas tomadas durante o período de Vargas no poder, pode trazer lucidez diante das controvérsias que norteiam sua imagem. Desta forma, tornam-se objetos desta pesquisa os governos de Getúlio Vargas, sendo eles o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), colocando em foco as medidas autoritárias deste período, principalmente o tratamento dispensado aos grupos minoritários.

Será essencial questionar como Vargas teve apoio da população mesmo com um governo tão repressivo como o Estado Novo, e que medidas populistas permitiram a proximidade com ela. Além disso, identificar possíveis tratamentos agressivos por parte do Estado contra minorias, não abordados com tanta frequência em livros didáticos, irá colaborar para demonstrar o perfil autoritário e o caráter não democrático deste regime.

Este trabalho é relevante e útil no presente, visto que líderes autoritários populistas com apoio das massas, adotando ideais não democráticos e repressivos, surgem periodicamente no mundo, inclusive na América Latina, demonstrando que devemos estudar o passado para entender o presente, e assim evitar escaladas autoritárias contrárias à democracia. Nesta linha de raciocínio, o estudo dos regimes políticos na atualidade ganha relevância destacada diante da crescente escalada de autoritarismo em várias partes do mundo, com o aumento do número de ditaduras contemporâneas (Gamba, 2023). Além disso, Apesar da democracia ser o regime político de maior abrangência é fundamental seu conhecimento aprofundado para saber diferencia-la de situações autoritárias e ampliar a prática democrática. (Dahl, 2001).

A pesquisa apresenta como objetivo geral classificar os regimes políticos adotados nos governos de Getúlio Vargas como presidente da República Federativa do Brasil, sendo eles o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937), e o Estado Novo (1937-1945).

Os objetivos específicos serão: 1- Estudar os conceitos de Regimes Políticos, sendo eles democracia e ditadura; 2- Examinar os Governo Provisório e Constitucional de Getúlio Vargas e suas estratégias de aproximação com o povo; 3- Estudar o Período do Estado Novo, como Getúlio o

implantou e escalou autoritariamente e quais as medidas repressivas de seu governo; 4- Classificar, de acordo com os estudos anteriores, os governos de Getúlio Vargas, do período de 1930 a 1945; 5- estudar o tratamento dispensado aos grupos minoritários.

Relacionar o regime político e as minorias é imprescindível, pois são elas que comumente são mais severamente atacadas em governos autoritários. O estudo de como Vargas tratou as minorias têm a função de categorizar seu perfil ditatorial e constatar como foi possível sua existência no Brasil. As contradições presentes na fase varguista é um desafio de análise por si mesmo, pois vai de pai dos pobres a ditador. Sendo necessária, portanto, uma pesquisa cuidadosa, que permita o maior número possível de informações e comprovações sobre o tratamento que as minorias receberam no Brasil entre os anos de 1930 e 1945, como por exemplo a nomeação de diversas cores-símbolo, atrelando grupos minoritários ao perigo no Brasil: o vermelho, comunista (perigo ideológico); o negro (perigo racial); o amarelo (perigo simultaneamente racial, político e militar). Negava-se o valor da raça amarela, do negro, e do mestiço. O índio tinha de ser “pacificado”, enquanto o judeu não servia, mesmo sendo da “raça branca” (CARNEIRO, 1998, p. 43).

REFERENCIAL TEÓRICO:

O primeiro passo da pesquisa será estudar os conceitos de democracia e ditadura para, posteriormente, analisar as características dos governos de Getúlio Vargas, e os atrelar, por fim, aos Regime de Governo primeiramente estudados. A obra “Estado, Governo e Sociedade”, de Norberto Bobbio, trará definições destes regimes que auxiliarão nesta análise. A “democracia dos modernos”, para este autor, “é pluralista, e vive sobre a existência, a multiplicidade, e a vivacidade das sociedades intermediárias”, ou seja, é representativa, indireta (BOBBIO, 2007, p. 152).

Fazendo a ideia de democracia direta tomar um papel cada vez mais secundário, o processo de democratização do Estado Representativo teve duas linhas principais: o direito ao voto se estendendo ao Sufrágio Universal masculino e feminino, e o “desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função pública” (BOBBIO, 2007, p. 153).

Além disso, Bobbio afirma que o processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea ocorre também na passagem dela na esfera política, em que o indivíduo é visto como cidadão, para a esfera social, na qual ele é visto na multiplicidade de seus status. Isso quer

dizer que as formas de poder ascendente ocupariam o campo da sociedade civil em suas várias articulações. A democracia passaria a ocupar espaços antes dominados por organizações de tipo hierárquico e burocrático. A esfera política estaria, assim, em uma esfera muito mais ampla: a da sociedade. Desta forma, não haveria decisão política que não estivesse condicionada, ou determinada por aquilo que acontece na sociedade civil. Nesta linha de raciocínio, o autor afirma ser possível a existência de um Estado democrático em uma sociedade em que a maior parte das instituições não são governadas democraticamente, entretanto, questiona a possibilidade de sobrevivência deste Estado democrático com o tempo (BOBBIO, 2007, p. 155 a 157).

Por fim, nessa categorização, o autor distingue a democracia formal, da substancial, sendo aquela referente à forma de governo, caracterizada pela igualdade jurídica, e esta, pela igualdade social e econômica, ao menos em parte. Poderia ocorrer historicamente, uma democracia formal, que não consiga manter as principais promessas de uma democracia substancial, e vice-versa, mas uma democracia perfeita deveria ser as duas ao mesmo tempo (BOBBIO, 2007, p. 157, 158).

Tratando acerca do termo ditadura, Bobbio irá diferenciar a ditadura dos antigos, da moderna. A primeira seria caracterizada pelo ditador exercer poderes extraordinários, mas apenas na função executiva, sendo também temporária. Ao explicar a ditadura moderna, Bobbio cita alguns autores, como Maquiavel, o qual afirma que o ditador não poderia fazer nada que implicasse “a diminuição do Estado”, enquanto Rousseau, que o poder do ditador de suspender a atividade legislativa não a abole.

Após as grandes revoluções, este conceito de ditadura teria se estendido ao poder instaurador de uma nova ordem. O autor cita Carl Schmitt, que diferencia a ditadura clássica da moderna, ou “soberana”, pelo fato de que esta “não suspende uma constituição vigente apoiando-se num direito por ela contemplado, e por isso mesmo constitucional, mas busca criar um estado de coisas no qual seja possível impor uma constituição considerada como autêntica”. A ditadura moderna recebe o próprio poder de uma auto investidura, ou uma investidura simbolicamente popular, buscando se legitimar e assumir o poder legislativo, e inclusive, constituinte (BOBBIO, 2007, p. 161 a 163).

Após passar pelo referencial teórico da Ciência Política e da Teoria do Estado, a próxima etapa é buscar fontes históricas as quais relatam e detalham os primeiros Governos de Getúlio Vargas no Poder Executivo. Maria Celina D’Araujo (2017) auxilia trazendo as Notas Biográficas do

ex-presidente em sua obra “Getúlio Vargas, Ensaio Biográfico e Organização”. A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, é responsável por apontar as perseguições políticas e étnicas de grupos minoritários durante o governo Vargas. Em grande parte de sua obra “O racismo na História do Brasil”, Carneiro (1998) vai tratar sobre a situação dos negros, judeus, asiáticos, e “comunistas” no Brasil das décadas de 30 e 40.

METODOLOGIA:

A pesquisa apresenta o caráter teórico empírico, pois parte da teoria para analisar o caso concreto. Os conceitos teóricos da Teoria do Estado e da Ciência Política colaboram na compreensão da democracia e da ditadura, que são os fundamentos da pesquisa. A teoria política de Norberto Bobbio, entre outros autores, apresenta a possibilidade de colaborar com a definição do regime político adotado de fato pelo Presidente Getúlio Vargas e perquirir sobre o tratamento dado às minorias. No entanto, é fundamental para a solução das questões levantadas pela pesquisa a análise dos fatos ocorridos nos governos varguistas, que pode demonstrar com mais nitidez o perfil do regime político reinante. Neste sentido, a pesquisa adquire o perfil empírico, pois irá observar o caso concreto da política de Vargas, principalmente no contexto de perseguição das minorias.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo com auxílio do método histórico. Os conhecimentos de Teoria do Estado e Ciência Política permitem distinguir atitudes democráticas e atitudes ditatoriais. Dessa forma, é fundamental apresentar referenciais teóricos que possibilitem discutir sobre esses conceitos gerais e a partir deles analisar os fatos políticos observados na história, questionando sua categorização política, aventando uma possível resposta quanto ao regime político predominantemente ditatorial no governo varguista. O método histórico permitirá a análise dos fatos por intermédio dos documentos da época que demonstram a atuação com perfil ditatorial, com perseguição das minorias. Outras fontes de informação são os materiais de pesquisa a respeito, com livros, teses, dissertações e artigos científicos publicados. São autores que se posicionam sobre o tema de forma diversa e rica.

A análise dos textos constitucionais deste período será igualmente imprescindível para uma devida análise do caráter democrático ou não dos governos varguistas, visto que a Constituição de 1934, e de 1937 foram ambas criadas enquanto estava no poder. Apesar da Constituição de 1934 não ter sido outorgada, ou tido elementos amplamente autoritários como a de 1937 (BRASIL, 1937),

é igualmente importante de ser analisada, pois inaugurou inúmeros direitos no país, principalmente na área do trabalho (BRASIL, 1934).

No entanto, este estudo pode encontrar dificuldades no encontro de materiais isentos teoricamente, visto que muitas vezes os autores já denominam o governo Vargas como democracia, ou ditadura, sem passar por critérios dedutivos objetivos, o que a pesquisa em curso pretende fazer.

Além disso, pode haver dificuldade em encontrar documentos oficiais que comprovem políticas evidentemente discriminantes neste período, visto que fatos e processos históricos considerados vergonhosos da história de um país são comumente omitidos. Exemplo disso são crimes do nazismo, que escritores alemães tentam ocultar, ou o fato de intelectuais da Espanha tentarem reduzir atrocidades da Inquisição ao abordarem este período (CARNEIRO, 1998, p. 47).

Alentar as dificuldades tem a premissa de enfrentá-las, com a tarefa de produzir resultados isentos de contaminações pré-concebidas de pesquisas anteriormente realizadas. Por isso, uma das tarefas do pesquisador é levantar a maior variedade possível de informações documentais sobre o tema, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista empírico.

RESULTADOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS:

Resultados preliminares apontam dados importantes para a pesquisa. O primeiro governo de Getúlio Vargas iniciou-se após a Revolução de 30, quando a junta militar que assumiu o poder do país após a renúncia do então presidente Washington Luís, nomeou Vargas como Chefe do Governo Provisório da República. O perfil político de Getúlio, que até então defendia a autonomia federativa dos governadores e do congresso nacional, mudaria drasticamente após sua entrada no Executivo a nível Federal (D'Araujo, 2017, p. 22).

Logo no início deste governo, Vargas assinou o Decreto n. 19.398, e o utilizou por este período como amparo para suas decisões. Desta forma, Getúlio assumiu plenos poderes, dissolveu o Congresso Nacional, e nomeou interventores para os estados. O Congresso teria sido fechado até a eleição de uma Assembleia Constituinte. Com os poderes políticos citados, Getúlio também criou Ministérios relacionados a direitos sociais, decretou uma série de leis visando estes últimos, e entre outras medidas que ajudaram o Presidente a ter o apoio de classes como dos trabalhadores, e estudantes (D'Araujo, 2017, p. 23 e 24).

O presidente aproveitou o período desburocratizado do Governo Provisório para que fossem

escritos o Novo Código Eleitoral, e um Anteprojeto de Constituição, que se tornaria a Constituição de 1934, cujo texto foi considerado por ele como um “entrave a autoridade”. (SOARES, 1995, p.307, apud D’Araujo, 2017, p. 25). Apesar deste comentário posterior, o decreto que determinou a criação deste Anteprojeto e a abertura da Assembleia Nacional Constituinte, justificava essa decisão por conta da “utilidade de abrir desde logo (...) um largo debate nacional em torno às questões fundamentais da organizações políticas do país” (BRASIL, 1932). Já o Código Eleitoral inaugurou o voto sigiloso, e o voto feminino (BRASIL, 1932).

Em 1934, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente presidente da República e passou a combater os movimentos extremistas: a Ação Integralista Brasileira - AIB, com inspirações fascistas, e a Ação Nacional Libertadora - ANL, apoiada pelo Partido Comunista. No entanto, Vargas reprimiu a ANL de maneira que não reprimiu a AIB. (D’Araujo, 2017, p. 26 a 28). Ademais, quaisquer opositores do governo seriam considerados inimigos do povo e da nação, e aqueles que apresentassem críticas ao Estado Novo, ou conceitos diferentes de governabilidade, seriam subversivos, pois levariam o país à “desordem”, não possibilitando o seu desenvolvimento (Pacheco, 2010, p. 128).

O segundo governo varguista caracterizou-se por várias medidas na área social e trabalhista (D’Araujo, 2017, p. 26). Essas medidas deram continuidade à aproximação de Vargas com a população pertencente a estas camadas sociais. Com a aproximação do fim do mandato de Vargas, os preparativos para as eleições se iniciaram, e ele legalmente não poderia se reeleger. No entanto, em 10 de novembro de 1937, Vargas, com o apoio dos militares, deu um golpe de estado. O Congresso foi fechado, uma nova Constituição foi outorgada, e as eleições foram canceladas, e Vargas se manteve no poder, iniciando assim o Estado Novo (D’Araujo, 2017, p. 27).

Este período foi marcado por perseguições políticas, étnicas, e censura. Antes mesmo do início do Estado Novo, o pró-nazista e anti-semita Filinto Muller, assumiu a liderança da Polícia Política, e manteve relações amigáveis com o Terceiro Reich, trocando favores com a polícia secreta de Hitler, a Gestapo. Em 1936, a mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benario, foi presa sob a dupla acusação de ser judia e comunista. Ela foi entregue grávida à Gestapo, e mandada a um campo de concentração na Alemanha, onde foi morta (CARNEIRO, 1998, p. 42).

FONTES FINANCIADORAS: Trabalho financiado pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e FA

Fundação Araucária, projeto n.º 1164/2024 do PIC Programa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Brasil, 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932**. Brasil, 1932. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21402.htm>. Acesso em: 17 out. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil**: Mito e Realidade. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 1998.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001

D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas, Ensaio Biográfico e Organização**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2a Edição, 2017.

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. Barueri [SP]: Atlas, 2023

PACHECO, Thiago da Silva. **As duas faces da repressão**: Semelhanças e diferenças da polícia política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a ditadura militar (1964-1983). Revista de História Comparada, v. 4, n. 1, p. 126-139, 2010.